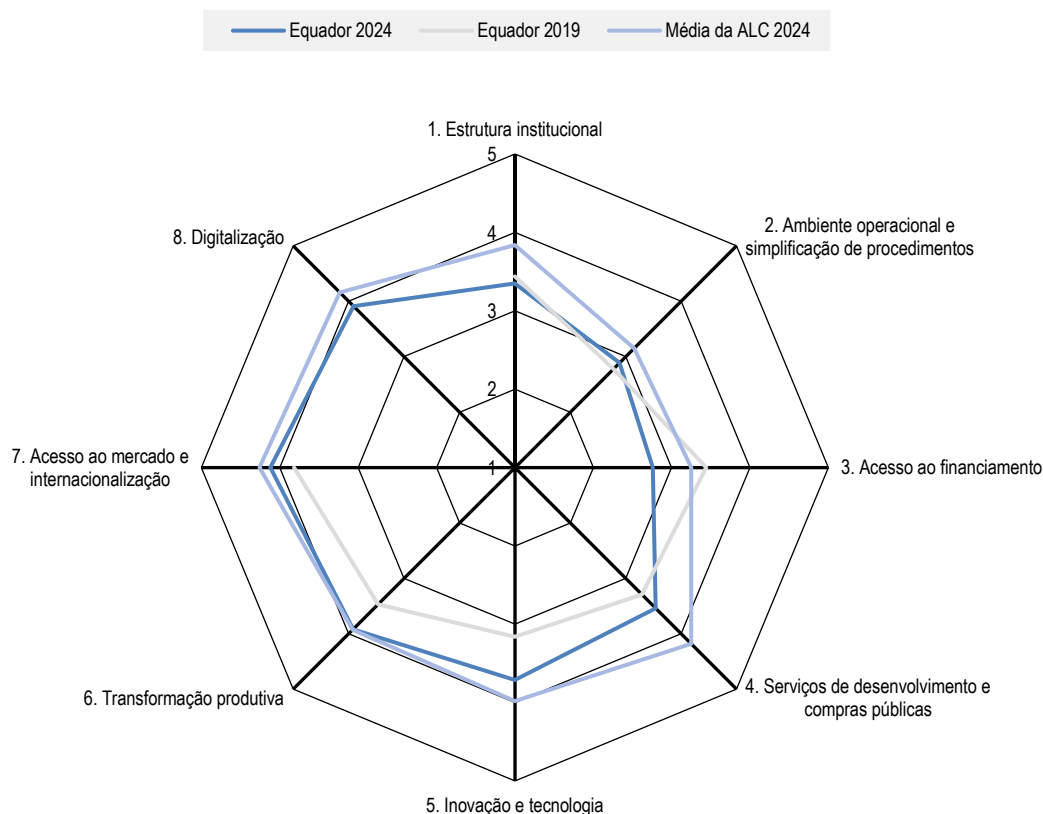


20 Equador

Este capítulo apresenta uma avaliação do Equador. Inicia com uma visão geral do contexto do Equador e, em seguida, analisa o progresso do país em oito dimensões mensuráveis. O capítulo conclui com recomendações de políticas específicas.

Visão geral

Figura 20.1. Pontuação do Índice de Políticas de PMEs do Equador em 2024



Observação: A média da ALC em 2024 refere-se à média simples dos 9 países estudados neste relatório de 2024. Não há dados para a dimensão Digitalização em 2019, pois o relatório de 2019 não incluiu essa dimensão.

O Equador continua a fazer esforços significativos no desenvolvimento de políticas voltadas para as PMEs, conforme evidenciado pelas melhores pontuações em várias das oito dimensões avaliadas em comparação com seu desempenho de 2019 (veja a Figura 20.1): Ambiente operacional e simplificação de procedimentos (Dimensão 2), Serviços de desenvolvimento de PMEs e contratos públicos (Dimensão 4), Inovação e tecnologia (Dimensão 5), Transformação produtiva (Dimensão 6) e Acesso ao mercado e internacionalização (Dimensão 7). No entanto, o foco da política anterior no empreendedorismo e nas microempresas sofreu interrupções devido aos desafios macroeconômicos e à instabilidade política, afetando principalmente sua estrutura institucional (Dimensão 1) e o acesso ao financiamento (Dimensão 3).

O desenvolvimento de uma nova estratégia de desenvolvimento de PMEs com objetivos realistas, quantificáveis e com prazo determinado e a definição de metas para reduzir a informalidade das empresas, além da escolha cuidadosa de ferramentas de políticas que levem em conta as restrições orçamentárias e operacionais, poderiam fornecer ao país as ferramentas necessárias para fortalecer ainda mais as políticas de desenvolvimento de PMEs.

Conforme observado na avaliação anterior, a atual falta de uma estratégia abrangente de desenvolvimento de PMEs impede a otimização de sinergias e efeitos colaterais entre as ações existentes. Além disso, as complexidades operacionais, especialmente na abertura de empresas, representam obstáculos

significativos com procedimentos demorados e relativamente caros. No entanto, há um otimismo impulsionado pelo compromisso do governo com a simplificação legal e as reformas regulatórias. A priorização da simplificação dos procedimentos e da competitividade A agenda do Equador culminou com a introdução da Estratégia de Competitividade do Equador em 2022, representando um ambicioso plano de ação que abrange três áreas principais: *Ecuador Productivo*, *Ecuador Global* e *Ecuador Innova*.

No futuro, o Equador poderia se beneficiar do aumento do apoio financeiro direto à inovação das PMEs, incluindo indicadores-chave de desempenho (KPIs) orientados para o desempenho para monitorar as políticas existentes e usar plataformas on-line para fornecer informações explicativas abrangentes sobre os programas atuais. Isso facilitaria o acesso das partes interessadas relevantes, incluindo a população de PMEs.

Contexto

Em 2020, o Equador enfrentou graves repercussões econômicas da pandemia da COVID-19, sofrendo uma contração de 7,8%. Esse retrocesso foi atribuído a vários fatores, incluindo reduções na formação bruta de capital fixo, no consumo das famílias e do governo e uma desaceleração nas exportações (BCE, 2021^[1]). Para mitigar o impacto, foram implementadas medidas para aliviar as obrigações financeiras e tributárias, apoiar o emprego e melhorar o acesso ao crédito (Heredia and Dini, 2021^[2]).

Em 2021, a economia se recuperou com um crescimento de 4,2%, impulsionado pela recuperação global, esforços de vacinação bem-sucedidos e melhores indicadores de emprego. Apesar dessa recuperação, o PIB não atingiu os níveis pré-pandêmicos (BCE, 2022^[3]). Em 2022, enfrentando desafios interrupções internacionais, o crescimento econômico do Equador desacelerou para 2,9%, influenciado por medidas de saúde e pela implementação da vacinação (BCE, 2023^[4]). No último trimestre de 2023, a economia equatoriana sofreu uma contração de 1,3% em comparação com o trimestre anterior (BCE, 2023^[5]).

Em 2022, a economia global enfrentou uma crise inflacionária como consequência do aumento significativo dos preços internacionais e de energia, intensificado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Isso foi agravado pela progressiva recuperação econômica global, liderada pelo consumo das famílias e pelo estímulo fiscal. No Equador, a expansão da demanda e a paralisação durante o mês de junho, que causou interrupções nas cadeias de suprimentos locais e gerou um aumento imediato nos preços dos alimentos, elevaram a inflação para 3,5% no final do ano; deve-se observar que, entre as economias da região, a inflação do Equador foi uma das mais baixas, perdendo apenas para a da Bolívia (BCE, 2023^[4]).

Em relação ao mercado de trabalho, os indicadores de emprego do Equador apresentam um aspecto distinto entre os países latino-americanos, pois a deterioração se reflete mais na qualidade do emprego do que na taxa de desemprego. Em 2021, apenas 33,7% da população economicamente ativa (PEA) tinha emprego adequado¹, um número maior do que em 2020 (29,1%), mas ainda abaixo dos níveis pré-pandêmicos (cerca de 40%). Consequentemente, a qualidade do emprego no Equador diminuiu, com o subemprego chegando a 23,5% (BCE, 2022^[3]), enquanto a informalidade ficou em 50,6%. Em 2022, a taxa de participação geral atingiu 65,7%, a taxa de emprego aumentou para 96,2%, o subemprego diminuiu para 20,8% e a informalidade atingiu 53,4%. O desemprego diminuiu para 3,8% no quarto trimestre de 2022 (BCE, 2023^[4]). Em 2023, a taxa de desemprego permaneceu relativamente estável em 3,8%, com uma taxa de informalidade de 54,4%, subemprego de 20,0% e a taxa de participação geral fechando o ano em 65,6%.

Além disso, o Equador fez progressos na integração do comércio internacional, especialmente com países latino-americanos e europeus. O país tem 11 acordos comerciais com essas regiões, sendo que seus principais destinos de exportação são os Estados Unidos, a China e o Panamá (Ministry of Production Ecuador, n.d.^[6]).

As principais exportações incluem petróleo bruto, bananas e produtos de aquicultura. Apesar desses avanços, há áreas consideráveis para melhoria na simplificação regulatória e na facilidade de declaração de impostos. O Equador também tem visto progresso no governo eletrônico, facilitado por assinaturas eletrônicas e pela digitalização de vários serviços governamentais. Em termos de acesso ao crédito, o Equador tem um desempenho semelhante de outros países da região, mas apresenta deficiências nos mecanismos para lidar com a insolvência das empresas (OECD, 2019^[7]).

Finalmente, de acordo com o Instituto Nacional de Estadística y Censos do Equador (Instituto Nacional de Estadística e Censo do Equador, INEC), até 2022, um total de 863.681 empresas foram registradas no Equador. Isso incluía 810.691 microempresas (93,86%), 38.291 pequenas empresas (4,43%), 6.065 empresas de médio porte "A" (0,70%), 4.197 empresas de médio porte "B" (0,49%) e 4.437 grandes empresas (0,51%). Essas empresas operavam em vários setores econômicos: 44,78% em Serviços, 34,50% em Comércio, 9,24% em Agricultura, 8,15% em Manufatura, 3,14% em Construção e 0,19% em Mineração. As PMEs foram responsáveis por 99,54% do cenário de negócios e representaram 56,18% do emprego nacional (INEC, 2022^[8]).

Dimensão 1. Estrutura institucional

O Equador obteve uma pontuação total de 3,35 na primeira dimensão, refletindo sua estrutura institucional relativamente bem estabelecida para a política de PMEs. O país adotou uma definição operacional de PME e definiu instituições para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas. O foco da política anterior no empreendedorismo e nas microempresas sofreu interrupções devido aos desafios macroeconômicos e à instabilidade política. O grande setor informal continua sendo um desafio significativo, afetando a eficácia da política de PMEs, o que se reflete nas pontuações das subdimensões de 4,33 para Definição de PMEs, 3,09 para Planejamento Estratégico, Concepção e Coordenação de Políticas, 3,52 para Consultas Público-Privadas e 2,71 para Medidas para Combater a Economia Informal.

A definição de PME é estabelecida pelo Código de Produção, Comércio e Investimento com base em parâmetros de emprego e faturamento anual, categorizando as empresas em micro, pequenas e médias. Para se beneficiar do apoio público e de um regime tributário favorável, as PMEs devem se registrar no *Registro Único de MIPyMES* (Registro Único de MPMEs, RUM). O Ministério da Produção, Comércio Exterior, Investimento e Pesca, especificamente a Subsecretaria de PMEs e Artesanato, é responsável pela elaboração e implementação da política de PMEs.

Atos legislativos, como o Código Orgânico de Produção, Comércio e Investimento (*Código Orgánico de la Producción, Comercio e Inversiones*) a *Lei Orgânica de Empreendedorismo e Inovação (Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación)* e o Código Orgânico da Economia Social do Conhecimento, Criatividade e Inovação (*Código Orgánico de la Economía Social de los Conocimientos, Creatividad e Innovación*) moldam a estrutura de políticas das PMEs. As diretrizes estratégicas são encontradas em documentos de planejamento como o *Plan de Desarrollo 2030* (Plano de Desenvolvimento 2030), a Política Industrial para o Equador 2016-2025 e o *Plano Toda la Vida* (2017-2021).

Até as eleições presidenciais de maio de 2023, o Equador adotou uma política que tenta combinar os objetivos da política industrial com medidas para promover um sistema econômico mais equitativo e socialmente orientado, com foco no desenvolvimento local, promoção do empreendedorismo e microempresas. No entanto, devido ao impacto econômico da pandemia da COVID-19, à piora das condições macroeconômicas, ao aumento da instabilidade política e à deterioração da situação de segurança interna, a implementação da política foi interrompida.

O novo governo, instalado após as eleições presidenciais de maio de 2023, iniciou consultas para o desenvolvimento de novas diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de PMEs. No entanto, não há

nenhum plano estratégico abrangente em vigor no momento. O Ministério da Produção tem adotado medidas ad-hoc em resposta às condições econômicas por meio de decretos executivos.

O Equador desenvolveu uma metodologia específica para o monitoramento de programas financiados com recursos públicos, conhecida como *Gobierno por Resultados* (Governo por Resultados). A aplicação dessa metodologia é coordenada pela Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento.

Além disso, a Lei de Eficiência e Otimização de Procedimentos exige que as instituições envolvidas na preparação de normas publiquem o texto consultando a população por pelo menos uma semana. O Conselho Nacional de Competitividade, Empreendedorismo e Inovação, criado em 2022, introduz uma nova mesa de consulta público-privada com representantes do setor privado e ministérios relevantes para a política de PMEs.

Por outro lado, o Equador enfrenta um setor informal substancial, classificado entre os maiores da América Latina. Estima-se que o emprego informal exceda 52% do emprego total, de acordo com uma pesquisa de trabalho realizada pelo escritório nacional de estatísticas em 2022. Essa informalidade está concentrada principalmente entre os autoempreendedores e as microempresas.

Atualmente, não existe uma estratégia específica para lidar com a informalidade trabalhista e empresarial. Entretanto, o Ministério da Produção, Comércio Exterior, Investimento e Pesca (MPCEIP) introduziu incentivos para facilitar o registro em vários órgãos reguladores, incluindo o Registro Único de Contribuinte (RUC), o Registro Único Artesanal (RUA), o RUM e o Registro Nacional de Empreendedores (RNE).

O caminho a seguir

- Desenvolver uma nova estratégia de desenvolvimento de PMEs com objetivos realistas, quantificáveis e com prazo determinado. Estabelecer metas para reduzir a informalidade das empresas e escolher cuidadosamente as ferramentas de política, levando em conta as restrições orçamentárias e operacionais.
- Envolver o recém-criado *Conselho Nacional de Competitividade, Empreendimiento e Inovação* na elaboração da estratégia. Esforçar-se para forjar um pacto pró-desenvolvimento com o setor privado, mitigando o impacto negativo das atividades criminosas e informais do setor. Identificar medidas de curto e médio prazo para apoiar atividades legais e produtivas.
- Elaborar uma estratégia abrangente para reduzir a informalidade no trabalho e nas empresas por meio de um amplo debate público que envolva representantes do setor privado, autoridades locais, especialistas em trabalho e desenvolvimento de PMEs e organizações internacionais. Dada a ausência de soluções predefinidas para lidar com a informalidade profundamente enraizada, adotar a possibilidade de realizar experimentos para identificar ações políticas eficazes. Organizar chamadas de propostas para selecionar e testar projetos que visem à redução da informalidade em nível local, monitorar sua implementação e aprender importantes lições sobre como lidar efetivamente com a informalidade diversificada.

Dimensão 2. Ambiente operacional e simplificação de procedimentos

As PMEs no Equador enfrentam um ambiente operacional desafiador. Embora as complexidades operacionais, especialmente para abrir uma empresa, representem obstáculos com procedimentos demorados e relativamente caros, há otimismo alimentado pelo compromisso do governo com a simplificação legal e as reformas regulatórias. Apesar do progresso limitado devido ao impacto da pandemia da COVID-19 e aos desafios macroeconômicos mais amplos, as iniciativas em andamento sinalizam uma área de oportunidade para melhorias e maior facilitação de negócios.

A pontuação geral do Equador nessa dimensão é de 2,89, com pontuações específicas de 3,12 para Simplificação Legislativa e Análise de Impacto Regulatório, 2,70 para Registro de Empresas, 2,40 para Facilidade de Declarar Impostos e 3,40 para Governo Eletrônico, refletindo os avanços feitos durante a avaliação de 2019.

Em 2018, o Equador iniciou a simplificação regulatória por meio da aprovação do Decreto Executivo 372, orientando o Ministério das Telecomunicações a estabelecer uma plataforma eletrônica que catalogasse todos os regulamentos administrativos. Ao mesmo tempo, foi formado o Comitê Interinstitucional para Simplificação Regulatória. A Lei de Eficiência e Otimização de Procedimentos, ratificada no mesmo ano, determina que as instituições públicas instituem programas de simplificação regulatória quando as regulamentações afetarem empresas privadas. Apesar desses esforços, a reforma regulatória carece de uma abordagem sistemática, e atualmente não há um plano abrangente para a simplificação legislativa. A Lei Orgânica do Empreendedorismo apóia uma abordagem semelhante. Embora existam intervenções ad-hoc, a criação de um Comitê Interinstitucional para a Simplificação Regulatória (CISR) foi um passo importante.

As simplificações, associadas ao programa de governo eletrônico, são um passo positivo. A aplicação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) ainda está em seus estágios iniciais.

Além disso, os procedimentos para abrir uma empresa no Equador são complexos. Para empresas constituídas, os procedimentos padrão envolvem o registro em três registros diferentes: o Registro administrado pela Superintendência de Empresas, o Registro no Cartório de Registro Mercantil (estatuto e resoluções da empresa, nome dos representantes legais da empresa) e o RUC que exige serviços jurídicos e notariais. Embora o registro on-line esteja disponível, não há um One-Stop-Shop, e os procedimentos devem ser concluídos sequencialmente.

O regime tributário corporativo do Equador é caro, com uma pesada carga administrativa. O país ocupa a posição 147/190 na dimensão Pagamento de impostos do *Doing Business 2020*, com um índice de desempenho de 58,6/100. Embora o número de pagamentos anuais de impostos seja melhor do que a média regional, o tempo necessário para esses pagamentos é excepcionalmente longo (664 horas por ano), mais do que o dobro do tempo médio da região. Os impostos corporativos e as contribuições sociais chegam a 34,4% do total de lucros. O *Regime Simplificado para Empreendedores e Negócios Populares* (RIMPE), está em vigor para empresas com faturamento anual entre US\$ 20.000 e 300.000, com o objetivo de combater a informalidade.

Além disso, o Equador lançou seu primeiro Plano Nacional de Governo Eletrônico em 2018, abrangendo o período de 2018 a 2021, e está implementando sua *Política Ecuador Digital*. A política visa promover a transformação digital entre empresas, cidadãos e administração pública, abordando a lacuna digital e melhorando a eficiência da administração pública. A *Política Ecuador Digital* é apoiada por uma estrutura legal e regulatória, incluindo a Lei Orgânica de Telecomunicações, a Lei Orgânica para a Otimização e Eficiência dos Procedimentos Administrativos, a Lei Geral de Registro Civil, Identificação e Cartões de Identificação, a Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública e a Lei 067 sobre Comércio Eletrônico.

O caminho a seguir

- O Equador poderia considerar a retomada da simplificação legislativa e da reforma regulatória de 2018. Deveria fortalecer o papel do Comitê Interinstitucional para Simplificações Regulatórias e elaborar um plano de médio prazo, identificando as reformas que podem ser realizadas em um prazo relativamente curto, com custos de implementação contidos, mas que devem ter um impacto significativo na melhoria do ambiente de negócios, contribuindo para reconstruir a confiança do setor privado na ação governamental.

- Devem ser tomadas medidas para a aplicação de AIR nos novos atos legislativos e administrativos mais relevantes. Para avançar nessa direção, o governo deve dar um mandato a uma instituição pública para formar uma equipe de especialistas em AIR e atuar como supervisor das aplicações de AIR.
- Simplificar os procedimentos de registro de empresas estabelecendo uma rede de OSS, combinando procedimentos de registro nacionais e locais e desenvolvendo o registro on-line, com foco inicial em empreendedores individuais e microempresas.
- Simplificar os procedimentos de declaração e pagamento de impostos. Além disso, deve calcular a alíquota tributária efetiva imposta às PMEs após a introdução do RIMPE e examinar os possíveis efeitos de distorção sobre o crescimento das empresas.

Dimensão 3. Acesso a financiamento

O Equador obtém uma pontuação geral de 2,76 na dimensão Acesso a financiamento. Também obteve uma pontuação de 2,94 na subdimensão Estrutura Legal, Regulatória e Institucional, destacando-se principalmente por uma boa pontuação na ponderação de garantias para PMEs e pelo progresso no desenvolvimento da regulamentação do mercado de títulos. No acesso ao financiamento, há uma estrutura legal para a regulamentação do mercado de capitais para PMEs, incluindo um mercado separado para essas empresas de pequena capitalização. Entretanto, faltam estratégias para ajudar as PMEs a cumprir com os critérios de registro.

Por outro lado, a regulamentação sobre a porcentagem de garantia exigida para empréstimos de médio prazo a PMEs é baixa. Entretanto, a pontuação geral é afetada negativamente pela regulamentação pouco desenvolvida e pela institucionalização do registro de ativos tangíveis e intangíveis. Apesar da existência de um cadastro, ele não é totalmente funcional nem acessível ao público on-line, e a ausência de um registro de direitos de segurança sobre ativos móveis.

Em termos de disponibilidade de fontes diversificadas de financiamento empresarial, o Equador tem uma pontuação de 4,33, um pouco acima da média (4,32). O país se destaca positivamente pela presença de várias instituições de microfinanças com cobertura nacional. Além disso, o país oferece esquemas de financiamento de exportação e ferramentas de garantia de crédito para PMEs que não possuem ativos para atender às exigências de garantia dos bancos comerciais.

Apesar desses avanços, o Equador não conta com a participação do setor privado na gestão dos esquemas de garantia de crédito público, nem há esquemas de garantia de crédito mútuo ou privado no país. Além desses esquemas, o Equador tem outras ferramentas financeiras baseadas em ativos, como o factoring, que são adequadamente regulamentadas. O país também procurou promover outros instrumentos de capital, como o crowdfunding, regulamentado pela Lei Orgânica de Empreendedorismo e Inovação de 2020. Entretanto, a penetração dessas ferramentas continua baixa devido aos estágios iniciais de seu desenvolvimento.

Na subdimensão de educação financeira, o Equador obteve pontuação de 2,40. O país tem uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), alinhada com a Política Nacional de Inclusão Financeira (PNIF), publicada em setembro de 2023. A visão da ENEF é aprimorar o desenvolvimento econômico e o bem-estar de indivíduos e PMEs por meio do fornecimento sustentável de produtos financeiros de qualidade e da capacitação do usuário financeiro. Nessa estratégia, as PMEs são consideradas um segmento prioritário. Além disso, o Equador realizou pesquisas de capacidade financeira usando a metodologia da OCDE, embora elas sejam direcionadas principalmente a indivíduos e sejam conduzidas em colaboração com instituições de supervisão locais, como a Superintendência de Bancos e o Banco Central, com o apoio da CAF.

Os maiores desafios do Equador estão na subdimensão de Procedimentos eficazes para lidar com falência ou insolvência, na qual o país obtém 1,35 pontos. O Equador ainda tem muito potencial para melhorar a concepção e o desempenho dos procedimentos para lidar com situações de insolvência e falência, bem como para facilitar a reinserção produtiva de empresários cujos empreendimentos anteriores não foram bem-sucedidos.

Embora o Equador tenha uma estrutura regulatória e alguns procedimentos para empresas insolventes, faltam muitos dos elementos necessários para atingir os objetivos de proteger e desenvolver as habilidades dos empresários, bem como proteger os credores e o Estado. Apesar dessas deficiências, foi identificada a presença de sistemas de alerta antecipado para detectar empresas em risco de falência. Além disso, foi validada a existência de regulamentações para transações seguras, incluindo disposições que priorizam os credores garantidos nos processos de liquidação de empresas falidas, bem como a prioridade das dívidas fiscais sobre outras dívidas nesses processos.

O caminho a seguir

- Estabelecer uma estratégia para ajudar as PMEs a cumprir os requerimento de listagem no mercado de ações.
- Fortalecer o cadastro para torná-lo funcional, acessível ao público e on-line. Além disso, criar um registro de direitos de segurança sobre bens móveis, documentando a propriedade das promessas registradas que seja acessível ao público on-line.
- Promover o desenvolvimento de sistemas de garantia de crédito e, ao mesmo tempo, incentivar a participação do setor privado na gestão dos sistemas públicos de garantia de crédito.
- Realizar pesquisas regulares sobre a capacidade financeira das PMEs para obter informações atualizadas para a elaboração de programas de educação financeira, bem como elaborar e implementar um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação.
- Fortalecer a estrutura regulatória existente relacionada às políticas de falência e insolvência e desenvolver informações especializadas e mecanismos de treinamento para empreendedores em busca de uma nova oportunidade.
- Promover outros mecanismos extrajudiciais para casos de falência que possam ser mais eficientes em termos de custo e tempo para as partes.
- Criar um registro oficial de falência e insolvência, que deve ser aberto ao público, com a possibilidade de remover empresas e indivíduos de tais registros quando a situação for resolvida, de acordo com as práticas recomendadas internacionais.

Dimensão 4. Serviços de desenvolvimento de PMEs e compras públicas

As pontuações do Equador nessa área mostram que há muito espaço para melhorias. O resultado geral da dimensão é 3,54, abaixo da média regional e atrás da maioria dos países avaliados. Os resultados para compras públicas são os mais sólidos, com 4,20 (uma melhora em relação à avaliação anterior); no entanto, os serviços de desenvolvimento de empreendedorismo estão bem atrás, com 3,00, seguidos pelos serviços de desenvolvimento de negócios, com 3,61. Apesar desses desafios, há uma melhoria geral em comparação com o SME PI de 2019, refletindo a direção positiva que o país está tomando nesse sentido.

Conforme observado na Dimensão 1, o Equador tem uma estrutura institucional e estratégica relativamente estabelecida para a política de PMEs, sob a responsabilidade do MPCEIP para a elaboração e implementação de políticas por meio da Subsecretaria de PMEs e Artesanato. A orientação estratégica para a política de PMEs e, portanto, para o fornecimento de BDS e serviços para

empreendedores é, de certa forma, fragmentada, com diretrizes estratégicas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 e na Política Industrial 2016-2025, bem como as novas orientações ainda a serem fornecidas pela nova administração.

A Subsecretaria de PMEs e Artesanato é responsável pelo desenvolvimento, fortalecimento e treinamento de PMEs, ramos de produção artesanal e empreendedorismo. Entre suas responsabilidades estão o planejamento e o desenvolvimento de programas e projetos para apoiar as PMEs, os ramos de produção artesanal e o empreendedorismo, estabelecendo a aplicação de ferramentas empresariais para o desenvolvimento da competitividade, como processos de associatividade, gestão de excelência, cadeias de valor e aglomerações econômicas. Para cumprir essas responsabilidades, a Subsecretaria oferece um portfólio de serviços que inclui assistência técnica, aconselhamento e desenvolvimento do empreendedorismo. Esses serviços estão disponíveis para as PMEs desde a fase da ideia até a inclusão de seus produtos no mercado. Os serviços específicos incluem planejamento de negócios, marketing e vendas, gerenciamento financeiro, desenvolvimento e inovação de produtos e acesso a mercados e assistência financeira.

De acordo com as respostas das autoridades e dos avaliadores independentes aos questionários para essa avaliação, o projeto de BDS não se baseia em estudos de diagnóstico completos das necessidades das PMEs e seus objetivos não estão explicitamente vinculados às estratégias nacionais mencionadas acima. Portanto, a oferta de BDS é bastante dispersa e, de acordo com as conversas dos avaliadores independentes com associações de pequenas empresas, a percepção é de que a oferta de BDS não é suficiente e há falta de informações sobre eles. Além disso, parece não haver programas para o apoio específico de empresas de alto crescimento e alto potencial e não há informações sólidas sobre o apoio a incubadoras de empresas, aceleradores ou outros serviços destinados a empreendedores e *start-ups*.

Em termos de recursos disponíveis, 62% do orçamento para o fornecimento de BDS provêm de fontes governamentais, 35% de bancos internacionais de desenvolvimento e o restante de outras organizações. De acordo com a avaliação, os recursos disponíveis não são suficientes para atender às necessidades da população de PMEs.

O regime de compras públicas no Equador é fornecido pela Lei Orgânica do Sistema Nacional de Compras Públicas (LOSNCPP). Conforme observado na edição de 2019 do IP PME, a LOSNCPP inclui a intenção de facilitar a participação de PMEs em contratos públicos, embora a lei não explique detalhes sobre como alcançar esse objetivo. De acordo com as respostas ao questionário para esta avaliação, o regime de compras inclui a possibilidade, mas não a obrigação, de dividir em lotes as propostas acima de um determinado tamanho, a possibilidade de as PMEs formarem consórcios para licitações conjuntas e margens de preferência e reserva para PMEs em compras públicas. Além disso, o artigo 101 da LOSNCPP estabelece penalidades e demissão para funcionários do governo encarregados de pagamentos de compras que "indevidamente retenham ou atrasem pagamentos", mas não especifica prazos de pagamento ou sanções às instituições. De acordo com a avaliação independente, os representantes das associações empresariais de PMEs afirmam que, na prática, a participação das PMEs nos contratos públicos não é facilitada, pois, por exemplo, as especificações técnicas são difíceis de atender e os encargos administrativos são estabelecidos.

O Serviço Nacional de Contratação Pública (SERCOP) é a autoridade responsável pelas compras públicas e gerencia o portal de compras eletrônicas, que pode lidar com todas as etapas do processo de compras. Além disso, o Equador tem um Registro Unificado de Fornecedores (RUP), que serve para facilitar a participação futura dos fornecedores nos processos de aquisição.

O caminho a seguir

Assim como na avaliação de 2019, o Equador tem amplo espaço para melhorar nessa dimensão:

- Preparar diagnósticos completos sobre as diferentes necessidades das PMEs e dos empresários, para que as políticas e os programas possam responder melhor às suas prioridades.
- Abordar a fragmentação da oferta de BDS para PMEs e o apoio a empreendedores, inclusive vinculando a estratégia de desenvolvimento nacional a políticas e programas específicos de desenvolvimento de PMEs.
- Expandir a oferta de serviços de desenvolvimento empresarial e de BDS, inclusive estabelecendo suporte para PMEs e *start-ups* inovadoras e de alto crescimento, além de fortalecer um sistema nacional de incubadoras e aceleradoras de empresas.
- Aprimorar as medidas para facilitar o acesso das PMEs aos contratos públicos, inclusive especificando ações concretas atualmente ausentes na LOSNCP, esclarecendo melhor os prazos de pagamento e introduzindo medidas dirigidas às instituições em vez de depender apenas de sanções a indivíduos.
- Atender às preocupações das associações empresariais de PMEs com relação às dificuldades e às especificações técnicas (se necessário) para facilitar o acesso aos contratos públicos.

Dimensão 5. Inovação e tecnologia

O Equador tem uma pontuação de 3,71 na dimensão Inovação e tecnologia, impulsionada por pontuações particularmente altas nas subdimensões Estrutura institucional e Serviços de apoio. A política de inovação no Equador é supervisionada pelo Conselho Nacional de *Competitividad, Empreendedorismo e Inovação* (CONEIN), que foi estabelecido de acordo com a Lei de Empreendedorismo e Inovação de 2020. O conselho é presidido pelo presidente (ou um delegado) e tem representantes dos principais ministérios do governo, bem como de associações empresariais e instituições de pesquisa. Isso representa um mecanismo eficaz para a colaboração interministerial e o envolvimento do setor privado. O governo adotou recentemente uma estratégia nacional de inovação, embora sua implementação ainda não tenha sido iniciada. Embora o setor privado tenha sido consultado durante a elaboração da estratégia, seria possível aumentar o nível de consulta às PMEs especificamente para garantir que as necessidades específicas desse grupo sejam atendidas nas futuras políticas de inovação. O Equador tem uma pontuação de 3,96 na subdimensão Estrutura Institucional, refletindo a forte coordenação e os mecanismos de consulta existentes.

Há centros de inovação e parques tecnológicos no Equador, como o Parque de Ciência e Tecnologia da *Universidad Técnica Particular de Loja* (UTPL), que conecta PMEs a instituições de pesquisa. O Equador também tem algumas incubadoras e aceleradoras, que geralmente são iniciativas do setor privado ou de universidades. A pontuação do Equador na subdimensão Serviços de apoio (3,81) poderia ser melhorada com o fortalecimento das práticas de monitoramento e avaliação, por exemplo, avaliando de forma confiável os impactos dos programas de apoio à inovação no desempenho das PMEs.

O Equador tem um desempenho um pouco pior na subdimensão Financiamento para inovação, com uma pontuação de 3,36. As opções de apoio financeiro para PMEs inovadoras são menos extensas no Equador do que em outros países da América Latina e o Caribe, e os subsídios disponíveis para PMEs não parecem dar muita ênfase à inovação. Entretanto, a Lei de Empreendedorismo e Inovação inclui disposições para fortalecer o acesso das PMEs inovadoras e dos empreendedores ao financiamento.

O caminho a seguir

No futuro, o Equador poderia considerar:

- Aumentar o apoio financeiro direto à inovação das PMEs, inclusive por meio de vales ou subsídios para inovação.

- Fortalecimento do apoio público ao sistema de incubadoras e aceleradoras.

Dimensão 6. Transformação produtiva

Os esforços do Equador na transformação produtiva persistem sob a estrutura da Política Industrial 2016-2025, obtendo uma pontuação de 3,92 nessa dimensão. Introduzida durante o PI PME 2019, essa política encontra desafios paralelos aos enfrentados por outras estratégias na AL9, principalmente devido à falta de objetivos quantificáveis, o que dificulta a avaliação do progresso à medida que sua conclusão se aproxima. Apesar de seus esforços contínuos, o Equador ainda não fez progressos substanciais para atingir as metas abrangentes estabelecidas para 2025. Essas metas abrangem um aumento de 10 pontos percentuais no PIB, uma redução do déficit comercial em US\$ 10,2 milhões, a criação de 251.000 novos empregos e um aumento de US\$ 13,6 milhões em investimentos - destacando os problemas de implementação que a política enfrentou. No entanto, em 2021, com o Decreto Executivo nº 68, a facilitação do comércio e da produção, a simplificação de procedimentos e a agenda de competitividade foram declaradas como políticas públicas prioritárias, o que culminou com a introdução da estratégia de Competitividade do Equador em 2022, representando um ambicioso plano de ação que abrange três áreas principais: *Ecuador Productivo*, *Ecuador Global* e *Ecuador Innova*. A supervisão dessa estratégia está sob a alçada do MPCEIP, em colaboração com uma Comissão Interministerial dedicada à sua implementação efetiva. Para sua elaboração, foi realizado um processo participativo por meio de 60 workshops com empresas e sindicatos. O Equador obteve pontuação de 4,39 na subdimensão Medidas de Melhoria da Produtividade.

As medidas para incentivar e apoiar as associações produtivas no Equador tiveram uma virada positiva com o Decreto Executivo nº 68, que também inclui iniciativas de cluster refletidas na pontuação de 3,72 para essa subdimensão. Essa iniciativa atribui ao MPCEIP a responsabilidade de fornecer assistência técnica e financeira às PMEs que desejam formar ou participar de um cluster e implementa uma série de ações enquadradas em três fatores: (1) geração e promoção de *clusters* produtivos, (2) promoção do empreendedorismo e das PMEs, e (3) promoção de um ecossistema de qualidade no mercado local. Embora não haja informações disponíveis sobre o desenvolvimento do plano de ação para a implementação da iniciativa, até a data da avaliação, há 20 iniciativas em andamento nos setores de logística, agricultura, indústria, tecnologia, finanças e desenvolvimento imobiliário, com um orçamento de US\$ 340.000 para a primeira fase e US\$ 385.134,13 para a segunda fase de sua implementação. Finalmente, como uma continuação da atual Política Industrial 2016-2025, os oito projetos estabelecidos em indústrias básicas foram implementados, mas não há dados de monitoramento ou avaliação disponíveis, refletindo a falta de monitoramento da implementação da política.

Da mesma forma que a maioria dos países latino-americanos avaliados, a pontuação do Equador é, até certo ponto, afetada por seu desempenho na subdimensão de integração às cadeias globais de valor, especialmente na seção de monitoramento e avaliação, resultando em uma pontuação de 3,77 para toda a subdimensão. Na época da primeira avaliação, o programa *ENCADENA*, que incluía vários componentes, como a atualização do cadastro industrial, o estabelecimento de uma plataforma interministerial de informações e apoio ao setor industrial equatoriano, estudos de diagnóstico de cadeias de valor prioritárias e apoio a grandes empresas para o desenvolvimento de fornecedores, havia chegado ao fim e enfrentava problemas em seus resultados e implementação. No entanto, a estratégia de competitividade na área principal do *Ecuador Global* visa substituir esses esforços fornecendo assistência técnica, embora atualmente não haja dados adicionais sobre as principais ações para permitir isso. Por outro lado, iniciativas em andamento, como o programa de Desenvolvimento de Fornecedores com o PNUD, continuam a trabalhar com grandes empresas e seus fornecedores nas cadeias de valor.

O caminho a seguir

Embora o Equador tenha iniciado uma nova estratégia para aumentar a produtividade, a falta de informações consolidadas e acessíveis representa um desafio para o engajamento efetivo. Para resolver esse problema, o Equador poderia:

- Aumentar a transparência dos esforços de implementação em andamento no Equador, aumentando a disponibilidade de informações para as partes interessadas externas, incluindo as PMEs.
- Desenvolver um site especificamente projetado para oferecer detalhes mais abrangentes sobre as principais ações e iniciativas incorporadas na estratégia e para acompanhar e comunicar o progresso da estratégia. Inspirar-se em exemplos bem-sucedidos de outros países da AL9, como o México e o Chile, pode fornecer informações valiosas para a criação de uma plataforma eficaz.

Dimensão 7. Acesso ao mercado e internacionalização das PMEs

O Equador obteve uma pontuação de 4,12 na dimensão de acesso ao mercado e internacionalização. Destaca-se seu bom desempenho nas subdimensões relacionadas aos Programas de Apoio à Internacionalização e à Facilitação do Comércio.

Em termos da subdimensão de Programas de apoio à internacionalização, o Equador obteve uma pontuação de 4,46. A política de internacionalização e promoção de exportações é desenvolvida e implementada pelo MPCEIP, por meio da Coordenação de Promoção de Exportações e Investimentos no Exterior (VPEI). A estratégia geral é definida pelo Plano de Criação de Oportunidades 2021-2025 e, mais recentemente, pelo Plano de Desenvolvimento do Novo Equador 2024-2025. Ambos os planos incluem objetivos e estratégias que visam aumentar a produtividade e criar melhores condições para o comércio exterior, com o objetivo de melhorar a participação do país no comércio internacional. Assim, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento do Novo Equador estabelece como política "Aumentar a abertura comercial com parceiros estratégicos e com países que constituem mercados potenciais", que, por sua vez, é acompanhada por uma estratégia com objetivos e metas mensuráveis. Nesse contexto, a VPEI conta com a agência *ProEcuador*, que é responsável pela implementação das políticas e regulamentações de promoção de exportações e investimentos do país para promover os produtos e mercados equatorianos.

O MPCEIP promove a inserção comercial do país no mercado internacional, com o apoio de organizações nacionais e internacionais. Nesse contexto e em colaboração com a União Europeia, o MPCEIP está realizando o programa de treinamento "Internacionalização de empresas equatorianas, obstáculos técnicos e barreiras de acesso para suas exportações ao mercado da União Europeia". O programa, distribuído em 11 oficinas até 29 de novembro, é destinado a empresas registradas na rota ProEcuador para as exportações, com o objetivo de aumentar a produtividade e os serviços relacionados à qualidade, bem como aumentar o grau de abertura comercial, a promoção e a diversificação produtiva e de exportação não petrolífera.

O Equador obteve 4,65 pontos na subdimensão Facilitação do comércio. Nesse sentido, a Janela Única Equatoriana (VUE) é uma ferramenta eletrônica por meio da qual todos os operadores de comércio exterior apresentam os requisitos, procedimentos e documentos necessários para realizar operações de comércio exterior. Cerca de 200 solicitações são recebidas diariamente e, embora a lei estipule atualmente um tempo de processamento de 5 dias, graças às melhorias implementadas, as solicitações são processadas em uma média de 2,13 dias. Para promover o uso dessa ferramenta, o *ProEcuador* realizou treinamento introdutório sobre comércio exterior em nível nacional, incluindo um módulo de treinamento no "*Exporta Fácil*" desde 2011, além de vincular seus usuários a eventos de promoção comercial no exterior e projetos de treinamento em exportação e adaptação da oferta exportável.

O principal objetivo do *Exporta Fácil* é facilitar e promover a exportação de produtos equatorianos de pequena e média escala para outros países. Para isso, ele simplifica os procedimentos alfandegários e logísticos, reduz os custos e oferece um processo de remessa mais eficiente para os exportadores. Esse programa é o resultado da colaboração entre o Ministério da Produção, *Comércio Exterior*, Investimento e Pesca (MIPRO), *ProEcuador*, a empresa pública de correios *Correos del Ecuador* e o SENA, com o objetivo de oferecer um serviço prático e especializado. Outro programa de destaque é o *"Exporta País"*, desenvolvido pelo MPCEIP e pelo *ProEcuador*, que se concentra na geração de novos exportadores e no fortalecimento dos já existentes por meio da diversificação de mercados.

Além disso, o Serviço Nacional de Alfândega oferece certificação como Operador Econômico Autorizado (OEA) e promove seu uso; no entanto, a participação das PMEs precisa ser aumentada. O Equador também fornece às empresas um guia detalhado com as etapas de exportação. Entretanto, de acordo com o Indicador de Facilitação do Comércio (IFC) da OCDE, o Equador está abaixo da média em todas as variáveis consideradas, com as maiores lacunas de crescimento em documentos (LAC: 1.591; ECU: 1.111) e disponibilidade de informações (LAC: 1.467; ECU: 1.200).

Na subdimensão de comércio eletrônico, o Equador obteve uma pontuação de 3,90. Embora o país tenha uma estrutura legal sólida para o comércio eletrônico, ainda há oportunidades para melhorar o treinamento, a adoção e a promoção do comércio eletrônico no país. A legislação de comércio eletrônico do Equador é baseada na Lei de Comércio Eletrônico, Assinaturas Eletrônicas e Mensagens de Dados, no Código de Produção, Comércio e Investimento e na Lei Orgânica de Comunicação. Essas leis regulam várias áreas relacionadas a transações eletrônicas, proteção ao consumidor on-line e comunicação digital.

O MPCEIP, juntamente com o Ministério das Telecomunicações e da Sociedade da Informação, o setor privado e a academia, desenvolveu a *Estratégia Nacional de Comércio Eletrônico* (ENCE) para incentivar o uso do comércio eletrônico por meio de tecnologias de informação e comunicação. Essa abordagem busca apoiar a inovação, a produtividade e a competitividade. Programas de promoção e treinamento, voltados principalmente para as PMEs, são implementados por esses ministérios.

Para a subdimensão de padrões de qualidade, o Equador obteve uma pontuação de 3,57. O país tem a Lei Orgânica do Sistema Equatoriano de Qualidade, que estabelece uma estrutura abrangente para a garantia de qualidade no Equador. O Serviço Equatoriano de Normalização (INEN) é a instituição responsável pela metrologia, normalização, credenciamento e avaliação da conformidade no país. O INEN oferece um amplo programa de treinamento em normalização, regulamentação, metrologia, validação e certificação, acessível a todos os cidadãos gratuitamente. Além disso, o INEN realiza anualmente um "Programa de Treinamento de Metrologistas", que é altamente valorizado pelos setores público e privado. A Estratégia Nacional de Normalização 2023-2025 reflete o apoio e a cooperação internacional, estabelecendo objetivos estratégicos para promover uma cultura de qualidade no país, alinhada com as tendências globais e comprometida com as partes interessadas. Essa estratégia está vinculada a várias estruturas e políticas nacionais, incluindo o Plano Nacional para a Criação de Oportunidades 2021-2025, a Política Industrial do Equador 2016-2025 e a Estratégia de Competitividade do Equador.

Finalmente, na subdimensão sobre os benefícios da integração regional, o Equador obteve uma pontuação de 3,47. Com o objetivo de impulsionar o panorama empresarial das PMEs na Comunidade Andina, foi aprovada a criação do Observatório Andino para a Transformação Empresarial das MPMEs. Essa iniciativa, acompanhada de um estudo diagnóstico das cadeias de valor regionais, busca fortalecer a integração produtiva na região. Além disso, a Comunidade Andina está trabalhando no fortalecimento das cadeias de valor nos países membros por meio de estudos realizados pela CAMIPYME com o apoio do BID/INTAL.

O caminho a seguir

- Fortalecer e expandir o apoio do setor público às certificações de qualidade para as PMEs equatorianas, aproveitando os esforços e programas existentes.
- Consolidar o futuro das PMEs andinas: capitalizando a pesquisa do CAMIPYME e estabelecendo uma estratégia de desenvolvimento sólida e mensurável. Isso fortalecerá a integração sub-regional que resultará em benefícios específicos para as PMEs.
- Fortalecer e promover o comércio eletrônico como uma ferramenta estratégica para a internacionalização das PMEs equatorianas, destacando o impacto positivo que o comércio eletrônico pode ter sobre as exportações equatorianas, como a expansão para novos mercados, a redução de custos e o aumento da competitividade.
- Melhorar o monitoramento e a avaliação dos diferentes programas de apoio às PMEs, bem como os canais de comunicação com o setor privado. Isso para facilitar o aprimoramento e a adaptação contínuos dos programas.

Dimensão 8. Digitalização

O Equador obteve uma pontuação de 3,91 na dimensão Digitalização, impulsionada por um desempenho importante nas subdimensões Estratégia digital nacional e competências digitais. A nação está adotando ativamente o avanço digital por meio da Agenda Nacional de Transformação Digital, liderada pelo Ministério das Telecomunicações e da Sociedade da Informação. Essa agenda defende a digitalização para aumentar a competitividade e a inovação em vários domínios da sociedade. Em seu núcleo está a Agenda de Transformação Digital 2022-2025, que delinea os objetivos digitais do Equador. Ela destaca o desenvolvimento de habilidades digitais e de uma cultura digital, ao mesmo tempo em que integra tecnologias emergentes. A colaboração entre ministérios, como o da Educação e o da Saúde, garante uma abordagem coesa da transformação digital do Equador, o que se reflete em uma pontuação robusta de 4,33 na subdimensão Estratégia Nacional de Digitalização, destacando a coordenação eficaz e os mecanismos de consulta.

O Equador pretende garantir o acesso universal à Internet, com foco específico em regiões mal atendidas e PMEs, por meio de sua Agenda de Transformação Digital. Embora não tenha uma lei específica, a agenda defende fortemente o acesso generalizado à banda larga. O papel fundamental das parcerias público-privadas e das colaborações internacionais é destacado no aprimoramento da infraestrutura de conectividade e no fornecimento de serviços de Internet de alta velocidade. Essa iniciativa abrangente garante a inclusão e a acessibilidade em todo o país, permitindo a participação contínua no ecossistema digital para todos os cidadãos e empresas, independentemente de sua localização ou tamanho. Melhorar a pontuação do Equador na subdimensão Conectividade de banda larga, atualmente em 3,17, abaixo da média regional, poderia aumentar significativamente a pontuação geral de digitalização, reconhecendo o acesso à infraestrutura como um pré-requisito para a digitalização das PMEs.

O Equador se destaca na subdimensão competências digitais, garantindo uma pontuação de 4,23. A abordagem do país para cultivar habilidades digitais é uma iniciativa multifacetada que abrange vários níveis educacionais e segmentos sociais. Em seu núcleo está a Agenda de Educação Digital, intrinsecamente entrelaçada com a Agenda de Transformação Digital mais ampla. Esse projeto educacional serve como base para o desenvolvimento de habilidades digitais, começando na educação primária e se estendendo até o ensino superior. O Equador é firme em equipar seus alunos

com conhecimentos fundamentais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), garantindo sua proficiência em competências digitais essenciais.

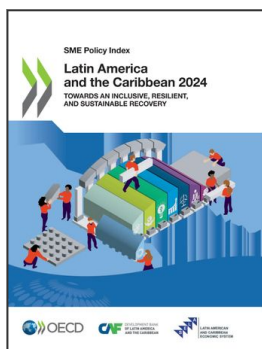
O caminho a seguir

No futuro, o Equador poderia considerar:

- Destinar fundos para o desenvolvimento de infraestrutura digital em regiões mal atendidas, com foco específico na melhoria da conectividade de banda larga. Isso pode incluir investimentos na instalação de infraestrutura de Internet e na atualização das redes existentes.
- Desenvolver um programa abrangente de treinamento e consultoria com o objetivo de aprimorar as competências digitais dos proprietários e funcionários das PMEs. Isso poderia incluir workshops, seminários e consultas individuais para atender às necessidades e aos desafios específicos enfrentados pelas PMEs no Equador.

Referências

- BCE (2023), *Informe de la evolución de la economía ecuatoriana en 2022 y perspectivas 2023*, Banco Central Ecuador, https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu_2022pers2023.pdf. [4]
- BCE (2023), *La economía Ecuatoriana reportó un crecimiento interanual de 0.4% en el tercer trimestre de 2023*, <https://www.bce.fin.ec/boletines-de-prensa-archivo/la-economia-ecuatoriana-reporto-un-crecimiento-interanual-de-0-4-en-el-tercer-trimestre-de-2023> (accessed on 12 March 2024). [5]
- BCE (2022), *Informe de la evolución de la economía ecuatoriana en 2021 y perspectivas 2022*, https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu_2021pers2022.pdf. [3]
- BCE (2021), *La pandemia incidió en crecimiento 2020: la economía ecuatoriana decreció 7,8%*, <https://www.bce.fin.ec/index.php/boletines-de-prensa-archivo/item/1421-la-pandemia-incidio-en-el-crecimiento-2020-la-economia-ecuatoriana-decrecio-7-8> (accessed on 12 March 2024). [1]
- Heredia, A. and M. Dini (2021), *Analysis of policies to support SMEs in confronting the COVID-19 pandemic in Latin America*, United Nations, <https://hdl.handle.net/11362/46743>. [2]
- INEC (2022), *Estadísticas de la empresa*, <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/estadisticas-de-las-empresas/> (accessed on 5 June 2024). [8]
- Ministry of Production Ecuador (n.d.), *Ministerio de Producción, Comercio Exterior, Inversiones y Pesca*, <https://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/> (accessed on 12 March 2024). [6]
- OECD (2019), *Latin America and the Caribbean 2019: Policies for Competitive SMEs in the Pacific Alliance and Participating South American countries*, OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/d9e1e5f0-en>. [7]



From:

SME Policy Index: Latin America and the Caribbean 2024

Towards an Inclusive, Resilient, and Sustainable Recovery

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/ba028c1d-en>

Please cite this chapter as:

OECD/CAF Development Bank of Latin America/SELA Latin American and Caribbean Economic System (2024), "Ecuador", in *SME Policy Index: Latin America and the Caribbean 2024: Towards an Inclusive, Resilient, and Sustainable Recovery*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/63e53694-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.